

Documentando o bairro de Bodocongó em Campina Grande [PB]: diálogo entre arquitetura, paisagem e patrimônio industrial

DOI: 10.20396/labore.v15i00.8665816

Dossiê Documentação do Patrimônio Cultural

Comitê Nacional Científico de Documentação do Icomos Brasil

Alcília Afonso de Albuquerque Melo

<http://orcid.org/0000-0002-6344-9329>

Universidade Federal de Campina Grande / Campina Grande [PB] Brasil

Ivanilson Santos Pereira

<https://orcid.org/0000-0002-7911-1365>

Universidade Federal de Campina Grande / Campina Grande [PB] Brasil

Lucas de Souza Jales

<https://orcid.org/0000-0002-4184-1071>

Universidade Federal de Campina Grande / Campina Grande [PB] Brasil

RESUMO

O artigo possui como objeto de estudo a análise da paisagem natural e construída do bairro de Bodocongó em Campina Grande, agreste paraibano do nordeste brasileiro, que teve sua origem e consolidação vinculadas ao processo de modernização e industrialização regional, ocorridos nas décadas de 50 a 70 do século XX. O objetivo é observar o diálogo entre arquitetura, paisagem e patrimônio industrial, refletindo sobre as mudanças sofridas nas paisagens naturais e construídas deste bairro ao longo de sete décadas, baseadas em documentos originais e gerados pela pesquisa, analisando-se o que foi mantido de sua paisagem natural, e de sua história arquitetônica vinculada ao segmento industrial. Para comprovar as hipóteses e procurar caminhos ou respostas para os questionamentos, a pesquisa vem se apoiando em metodologia da história da arquitetura e do urbanismo desenvolvida por Serra (2006) que propõe o estudo do objeto compreendido como um processo, que dialoga com um sistema que o circunda, composto por aspectos geográficos, históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos. Considera-se nesta pesquisa de fundamental importância a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade destes saberes.

PALAVRAS-CHAVE

Modernidade. Documentação. Patrimônio industrial. Paisagem. Nordeste brasileiro.

Documenting the “Bodocongó” neighborhood in Campina Grande city [state of Paraíba, Brazil]: dialogue between architecture, landscape and industrial heritage

ABSTRACT

The article has as its object of study the analysis of the natural and built landscape of the Bodocongó neighbourhood in Campina Grande, in the north-eastern region of Paraíba, which had its origin and consolidation linked to the regional modernization and industrialization process, which occurred in the 50s and 70s of the 20th centuries. The objective is to observe the dialogue between architecture, landscape, and industrial heritage, reflecting on the changes undergone in the natural and built landscapes of this neighbourhood over seven decades, based on original documents and generated by the research, analysing what was kept from its natural landscape, and its architectural history linked to the industrial segment. To prove the hypotheses and look for ways or answers to the questions, the research has been based on methodology of the history of architecture and urbanism developed by Serra (2006) that proposes the study of the object understood as a process, which dialogues with a system that it surrounds it, consisting of geographical, historical, social, cultural, economic, political aspects. In this research of fundamental importance, interdisciplinarity and multidisciplinary of this knowledge are considered.

KEYWORDS

Modernity. Documentation. Industrial heritage. Landscape. Brazilian Northeast.

1. Introdução

O artigo possui como objeto de estudo a análise da paisagem natural e construída do bairro de Bodocongó em Campina Grande, agreste paraibano do nordeste brasileiro, que teve sua origem e consolidação vinculadas ao processo de modernização e industrialização regional (Melo & Garcia, 2020), ocorridos nas décadas de 50 a 70 do século XX.

O objetivo é observar o diálogo entre arquitetura, paisagem e patrimônio industrial, refletindo sobre as mudanças sofridas nas paisagens naturais e construídas deste bairro ao longo de sete décadas, baseadas em documentos originais e gerados pela pesquisa, analisando-se o que foi mantido de sua paisagem natural, e de sua história arquitetônica vinculada ao segmento industrial.

O lugar onde está localizado o açude de Bodocongó originou de forma espontânea a instalação de um distrito industrial, que sediava ali curtumes, matadouro público, indústrias de calçados, uma grande fábrica têxtil, além de empresas do segmento da construção civil, que foram atraídas pela existência do açude que fornecia água para estas empresas fabris.

Considerando-se tal fato, algumas questões vêm sendo trabalhadas na pesquisa, tais como: 1) Pode-se afirmar que a construção do açude Bodocongó contribuiu para a implantação natural de um bairro industrial na cidade, atraindo para o local, a instalação de várias fábricas de distintos segmentos?; 2) Como encontra-se essa paisagem natural do entorno do antigo açude nos dias atuais?; 3) O fato da prefeitura não ter incentivado a tendência industrial “natural” do bairro, pois estava focada na implantação de um novo distrito industrial projetado e apoiado pelas políticas nacional e regional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pode ter gerado uma ocupação urbana desordenada do lugar?; 4) O fato do plano diretor da cidade não tratar o bairro como um conjunto formado por uma paisagem natural e construída a ser preservada, teria prejudicado a manutenção do acervo industrial ali existente e que atualmente, encontra-se em grande parte demolido ou descaracterizado?

Para refletir sobre tais questionamentos e procurar caminhos ou respostas, a pesquisa que está em andamento, vem se apoiando na metodologia da história da arquitetura e do urbanismo desenvolvida por Serra (2006) que propõe o estudo do objeto compreendido como um processo, que dialoga com um sistema que o circunda, composto por aspectos geográficos, históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos (Melo & Garcia, 2020).

Para tanto utiliza como fontes documentais, as informações primárias, baseadas na coleta de dados em arquivos públicos e privados, na busca de documentos escritos, imagens, mapas; em depoimentos coletados através da metodologia da história oral, como também, em imagens geradas por pesquisa desenvolvida por Barros Filho e Jales (2020), sobre áreas urbanas em beira d'água, tais como, mapas com base de dados georreferenciados; mapa topográfico com as curvas de nível do local, obtido a partir do arquivo base de Campina Grande (Seplan/PMCG), volumetria da área estudada e seus elementos (relevo, edificações e vegetação) através da metodologia VGA em multifotia, entre outros, conforme será visto na análise da paisagem.

Como fontes secundárias, utilizam-se as pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação, considerando-se que por ser um tema inédito local que dialoga com as variantes da pesquisa que se apoiam na modernidade, industrialização e cidade, inexistem livros publicados especificamente sobre o assunto. Procurou-se integrar distintos textos, artigos de diferentes áreas, como sociologia, educação, geografia, urbanismo, e demais áreas que contribuem com a história urbana do bairro. Considera-se de fundamental importância a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade destes saberes.

No que é referente à discussão do tema apresentado, aponta-se para a necessidade em se refletir e debater sobre o resgate e salvaguarda das antigas áreas industriais modernas e suas inserções como zonas de preservação nos planos diretores municipais, tratando-as como questões de planejamento urbano, além do debate patrimonial histórico cultural, apoiando-se para tanto em autores como Bruna (2002), a Carta de Nizhny Tagil (2003), Kühl (2008), Lacerda & Zanchetti (2012), Leite (2012), Melo (2017), entre outros.

2. Lugar e modernidade

2.1. A REGIÃO NORDESTE NA MODERNIDADE

Antes de tudo, é importante que aqui seja realizada uma breve retrospectiva sobre o período de modernidade brasileira no nordeste brasileiro, tratando da questão dessa região composta por nove estados: Alagoas,

Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Possui uma área de 1.554.291.607 km², o equivalente a 18,27% do território brasileiro.

Antes da colonização portuguesa, era possuidora de grande extensão de Mata Atlântica e foi a primeira a ser explorada economicamente pelo colonizador português, que plantava, além de outras culturas, a cana-de-açúcar e o cacau, o que contribuiu para o desmatamento da região. Em função de suas diferentes características físicas, a região é dividida em quatro sub-regiões: Meio-norte, Sertão, Agreste e Zona da Mata, tendo níveis muito variados de desenvolvimento humano ao longo de suas zonas geográficas.

Segundo Melo (2017), o economista Celso Furtado em 1959 escreveu a obra “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” e tratou de forma elucidativa sobre os problemas que assolavam a região nordestina no final da década de 50, apontando para medidas necessárias, entre elas, a criação da Sudene, como forma de diminuir as diferenças sociais e econômicas regionais brasileiras. Consolidada em 15 de dezembro de 1959, através da Lei no 3.692, como uma forma de intervenção de o Governo Federal atuar no Nordeste.

Segundo Cabral (2011, p. 28) a Sudene foi criada “como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, cabendo a Celso Furtado seu comando de 1959 a 1964”. Boa parte da estratégia de atuação do órgão foi definida a partir do diagnóstico apresentado no livro *A operação Nordeste* (1959).

Melo (2017, s/p) explica que o plano de ações apresentado se baseava em quatro diretrizes básicas: 1) Uma intensificação dos investimentos industriais na região visando criar um centro autônomo de expansão manufatureira; 2) Transformação da economia agrícola na faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização seria intensificada; 3) Transformação progressiva da economia nas zonas semiáridas no sentido de elevar a sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; 4) O deslocamento da fronteira agrícola do nordeste visando incorporar as terras úmidas maranhenses que estavam em condição de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

Cabral (2011, p. 28), colocou que no jornal *Diário de Pernambuco* de 5 de fevereiro de 1959, foi publicada uma matéria emblemática, intitulada *Indústria e não açudes para o Nordeste*, na qual Celso Furtado expôs os problemas da política de açudagem (“solução hidráulica”) que se repetia já há alguns anos sem muito sucesso.

A Sudene atuava em vários setores para o desenvolvimento da região nordestina, tais como a implantação de infraestrutura de energia, abastecimento, agricultura, artesanato, pesca e saneamento. Através do acesso aos exemplares da publicação quinzenal produzida nos anos 60 do século XX, “*Sudene Informa*” – se pode ter uma noção da amplitude do campo de ação.

A instituição incentivava a instalação de projetos industriais, agropecuários, extrativistas, de transportes, comunicações, e de infraestrutura na região. Os instrumentos de políticas de desenvolvimento econômico utilizados foram os incentivos fiscais – isenção, redução e reinvestimento do imposto de renda e os incentivos financeiros – Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), criado a partir de 1974.

2.2. CAMPINA GRANDE MODERNA

A criação da Sudene no final dos anos 50, sem dúvida interferiu diretamente no desenvolvimento econômico da cidade de Campina Grande, acarretando mudanças nas políticas públicas locais e no seu cenário urbano. A cidade que está localizada no Agreste do estado da Paraíba (Figura 1) é considerada um polo de oito microrregiões que compõem o Compartimento da Borborema, e uma área que abrange 79 municípios, cerca de 40% do território paraibano. Possui uma população que soma mais de um milhão de habitantes – exercendo assim uma influência geoeconômica em limites que transcendem fronteiras estaduais, tornando-se, uma das mais importantes de toda região nordestina.

Campina Grande sempre foi privilegiada por sua localização, servindo como “porta” do litoral ao sertão. Em 1907, dinamizada e impulsionada pelas linhas férreas, a cidade tornou-se o maior centro algodoeiro da região, tendo o seu apogeu comercial nos anos de 30 e 40 devido à comercialização do “ouro branco”, como era conhecido o algodão.

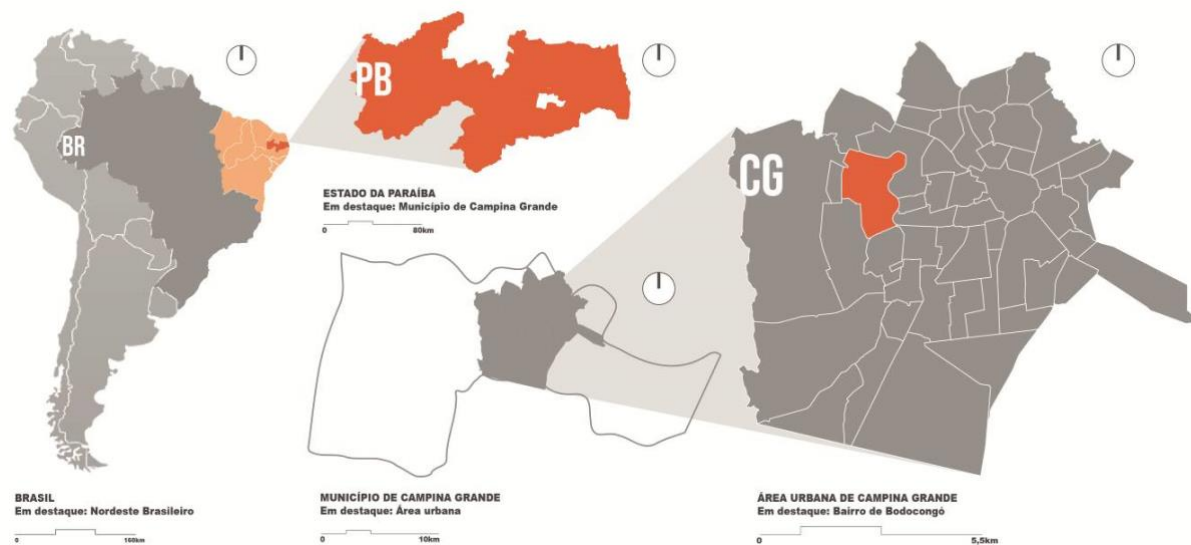


Figura 1. Localização da cidade de Campina Grande [PB] Brasil. Desenho de Ivanilson Pereira, 2020.

Nesse contexto, a cidade logo caminhou em direção ao desenvolvimento industrial e tornou-se, em 1949, a primeira cidade do interior do Brasil a sediar uma Federação das Indústrias, a FIEP.

Sobre o processo de desenvolvimento econômico campinense, Silva Junior (2009) destacou que Campina Grande viveu dois ciclos econômicos importantes: o do algodão e da industrialização, sendo que esses dois ciclos se mostraram interlaçados. As primeiras indústrias que surgiram na cidade foram com base no algodão, que no início do século XX beneficiavam-se e prensavam o algodão, e até a década de 1940 se constituíam nas principais e quase únicas unidades industriais.

Segundo Melo (2017, s/p), na década de 60, a cidade recebeu incentivos fiscais da Sudene, que instalou no local, onze novas indústrias, e aprovou incentivos para a ampliação de dez, e reformulação de cinco.

Observou-se que a geração de emprego e renda oriunda da política de industrialização regional, atrelada à política municipal, dinamizou a economia da cidade, ocorrendo o surgimento de novos bairros, e a construção de uma arquitetura que adotou uma linguagem moderna, atraindo profissionais de mais distintas cidades do país, principalmente, de Recife, Pernambuco, que construíram no local, novas paisagens urbanas modernas.

Em 1963, o empresário Newton Rique foi eleito prefeito, e possuía como meta, atrair grandes indústrias para a cidade (Alves, 2012, p. 50), apoiar as pequenas indústrias e fortalecer a estrutura econômica do município. Para isso, criou a Secretaria de Indústria e Comércio que fornecia orientação para empresários que desejassem se instalar na cidade. Sua gestão resultou na inserção de Campina Grande no cenário nacional, reconhecida por sua boa localização, infraestrutura, mão de obra, e recursos naturais favoráveis para novos empreendimentos.

O processo de industrialização evidenciado em Campina Grande acentuou-se no período denominado de Milagre Econômico. Neste momento, particularmente, a partir de 1970, o Brasil contabilizava a mudança gradual do processo econômico agrário para o agroindustrial e industrial (Melo & Garcia, 2020).

No caso de Campina Grande, sob o incentivo da Sudene, verificou-se a concentração e constituição de capital para instalação do distrito industrial da cidade através de incentivos que contribuíram para torná-la no período de 1969 a 1979, um dos grandes centros da atividade industrial moderna, tanto do Estado como também do interior nordestino (Oliveira & Santos, 2010). Esse momento histórico gerou um acervo que hoje compõe o patrimônio cultural da cidade, formando um conjunto que interagem bens do patrimônio industrial e do patrimônio moderno (Melo & Garcia, 2020).

Em pesquisas realizadas por Melo (2017) pode-se afirmar que este desenvolvimento industrial interferiu diretamente na paisagem campinense, sendo construídos novos bairros que utilizavam como linguagem arquitetônica, a forma moderna.

Melo e Landim (2017) escreveram que muitos projetos arquitetônicos que adotaram a modernidade como linguagem, foram concebidos a partir dos anos 50, com mais variadas tipologias, tais como residências, edifícios altos, teatros, museus, rodoviárias, dentre vários outros. Estas obras foram projetadas por profissionais vindos de fora da cidade, em especial por aqueles oriundos de Pernambuco.

Melo e Landim (2015) estudaram a influência da escola do Recife em Campina Grande nas décadas de 1950 a 1970, confirmando a existência de uma grande quantidade de projetos, em especial, projetos residenciais concebidos por arquitetos oriundos da Escola de Belas Artes de Pernambuco – EBAP.

Profissionais como Tertuliano Dionísio, Augusto Reynaldo e Hugo Marques encontraram em Campina Grande um mercado bastante receptivo à Arquitetura Moderna e que atendiam aos programas de uma nova cidade que se construía após o desenvolvimento industrial local.

Além destes, profissionais locais, como engenheiros e desenhistas também adotaram e difundiram a linguagem moderna em seus projetos, como por exemplo, Geraldino Duda, que em 1950 ainda trabalhava como desenhista, para o projetista licenciado Josué Barbosa.

3. O bairro de Bodocongó e sua tendência industrial na cidade de Campina Grande

Este tópico trata de discutir sobre a hipótese de que a construção do açude no bairro de Bodocongó contribuiu para a implantação natural de um bairro industrial na cidade, atraindo para o local, a instalação de várias fábricas de distintos segmentos (Maria, 2017, p. 30).

A palavra Bodocongó segundo Maria (2017, p. 27) é de origem indígena, dos índios cariris, e significa “águas que queimam”. Este nome era dado ao riacho que cortava o sítio Ramada, localizado a 5,6 km de distância do centro da cidade de Campina Grande. A água desse riacho possuía um alto teor de salinidade, sendo imprópria para consumo humano, servindo, contudo, para outros usos.

Mas mesmo com tal propriedade de suas águas, o riacho alimentou a construção de um açude que foi planejado e construído no início do século XX – a partir de 1911 até 1916 – para contribuir com a escassez no abastecimento de água na cidade: o açude de Bodocongó. Tal obra foi realizada na gestão do então prefeito Cristiano Lauritzen que em parceria com o Governo Federal e sua política de “açudagem”, executaram o açude que mesmo não possuindo uma água potável, serviu para incentivar o desenvolvimento daquele lugar, criando em seu entorno, uma comunidade que logo se transformaria em um bairro da cidade.

Em paralelo à construção do açude foram se implantando no local, edificações de uso industrial, como fábricas dos mais distintos segmentos e curtumes – conforme será visto a seguir, que o tornaram desde a sua origem, um bairro industrial e operário, que utilizaram as águas do reservatório para o desenvolvimento de seus empreendimentos (Maria, 2017, p. 27).

Um dos primeiros empreendimentos a se implantar no bairro foi a antiga fábrica de tecidos Bodocongó de Aires & Cia (1928-1933), que ao longo dos anos, mudou de proprietário, transformando-se em S.A. Indústria Têxtil de Campina Grande (1933-1990), posteriormente (1990-2009), em Limoeiro Malharia (Melo & Carvalho, 2015).



Figura 2. Vista da antiga fábrica tecidos Bodocongó de Aires & Cia.
Fonte: Blog Retalhos históricos.

Melo e Carvalho (2015) realizaram estudos sobre esta antiga fábrica, observando que atualmente, no lugar no qual estava implantada, tudo foi demolido para se projetar e construir um Centro de Inovação e Tecnologia Telmo Araújo (CITTA), pertencente a um grupo gestor formado pelo Parque tecnológico de Campina Grande, UFCG, UFPB, FIEP, Finep, Governo Federal, Governo da Paraíba e com apoio do Sebrae.

No início da década 30, a Fábrica foi vendida ao senhor Aprígio Velloso e administrada pelos filhos, impulsionando a industrialização, não só no bairro, como em toda a cidade, empregando trabalhadores e gerando riquezas para o município. A família Velloso durante várias décadas esteve à frente do empreendimento, que criou na área do entorno da fábrica equipamentos sociais para os operários como escola, igreja, uma vila operária (Melo & Carvalho, 2015, p. 10).

Esta fábrica teve um papel preponderante na criação do bairro e sem dúvida, atraiu outros empreendimentos para o local, como por exemplo, o curtume Antônio Villarim, fundado pelo empreendedor pernambucano, Antônio Villarim, que por volta de 1936, sua empresa gerava duzentos e cinquenta empregos, colaborando com o crescimento econômico e social não apenas do bairro de Bodocongó, mas de Campina Grande.

A pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre o patrimônio industrial no bairro coletou informações ainda incipientes sobre a existência de um matadouro público. Contudo, ainda, tal equipamento necessita de maiores dados sobre o seu funcionamento e sua exata localização.

Além desses empreendimentos industriais, observou-se na pesquisa que ainda está sendo realizada por Melo e Pereira (2020) a presença do segmento de indústrias vinculadas à construção civil que foram implantadas em torno do açude, como por exemplo, a Fábrica da Premol Indústria e Comércio S/A.

Classificada como uma “Indústria de transformação de minerais não metálicos”, no Cadastro das Indústrias da Paraíba FIEP (1969) a fábrica estava voltada para a produção de pré-moldados em concreto na cidade de Campina Grande, sendo considerada na época, como uma das maiores produtoras regionais de elementos pré-fabricados da cidade, do estado e da região.

Esta fábrica possuía três segmentos: 1) A industrialização de postes pré-fabricados para obras importantes de eletrificação; 2) A confecção de estruturas de diversos tipos para a construção civil; 3) Elementos diversificados para equipamentos urbanos e infraestrutura.

Após estudos realizados sobre esta importante indústria de fabricação de elementos pré-moldados, constatou-se que a mesma foi totalmente demolida, restando apenas o terreno e as ruínas do empreendimento que atuou durante quase meio século, sendo um dos mais importantes da região nordestina.

Ainda no bairro de Bodocongó, observou-se a existência de fábricas de mosaicos, ou ladrilhos hidráulicos totalizando seis (6), pois havia uma delas que fabricava também os cobogós, tão presente na modernidade arquitetônica: 1) Empresa de Sr. Waldemar Brito, localizada na Av. Aprígio Velloso, 171, criada em 1963; 2) A empresa do Sr. Antônio Honório Sobrinho, localizada na Rua Silva Barbosa, 1107, criada em 1966; 3) E a empresa da Sra. Maria dos Prazeres Andrade, localizada na Av. Aprígio Velloso, 246, criada em 1967.

Além destas anteriormente citadas (Figura 3), instalaram-se, ainda, no bairro, a fábrica Rovsa (Refinaria de Óleos Vegetais) e a Ipelsa, voltada para a produção de papeis. A fábrica Rovsa encontra-se bastante descaracterizada, tendo sido transformada em centro comercial, enquanto a Ipelsa continua em funcionamento, apesar das severas descaracterizações.

4. A paisagem no entorno do Açude

Conforme foi dito anteriormente, Barros Filho e Jales (2020), desenvolveram pesquisas sobre áreas urbanas em beira d'água, no Açude de Bodocongó e seu entorno imediato delimitado por um raio de 400 metros. Foram gerados mapas que colaboram com nossos estudos sobre o bairro, fornecendo uma rica documentação para as análises propostas do lugar (Figura 4).

Objetivando “a análise da morfologia urbana local em três dimensões, se observou e analisou a interferência dos elementos da topografia, altura das edificações e vegetação na apropriação visual do açude, e qual desses mais se destacaram como barreira visual” (Barros Filho & Jales, 2020, p.1).

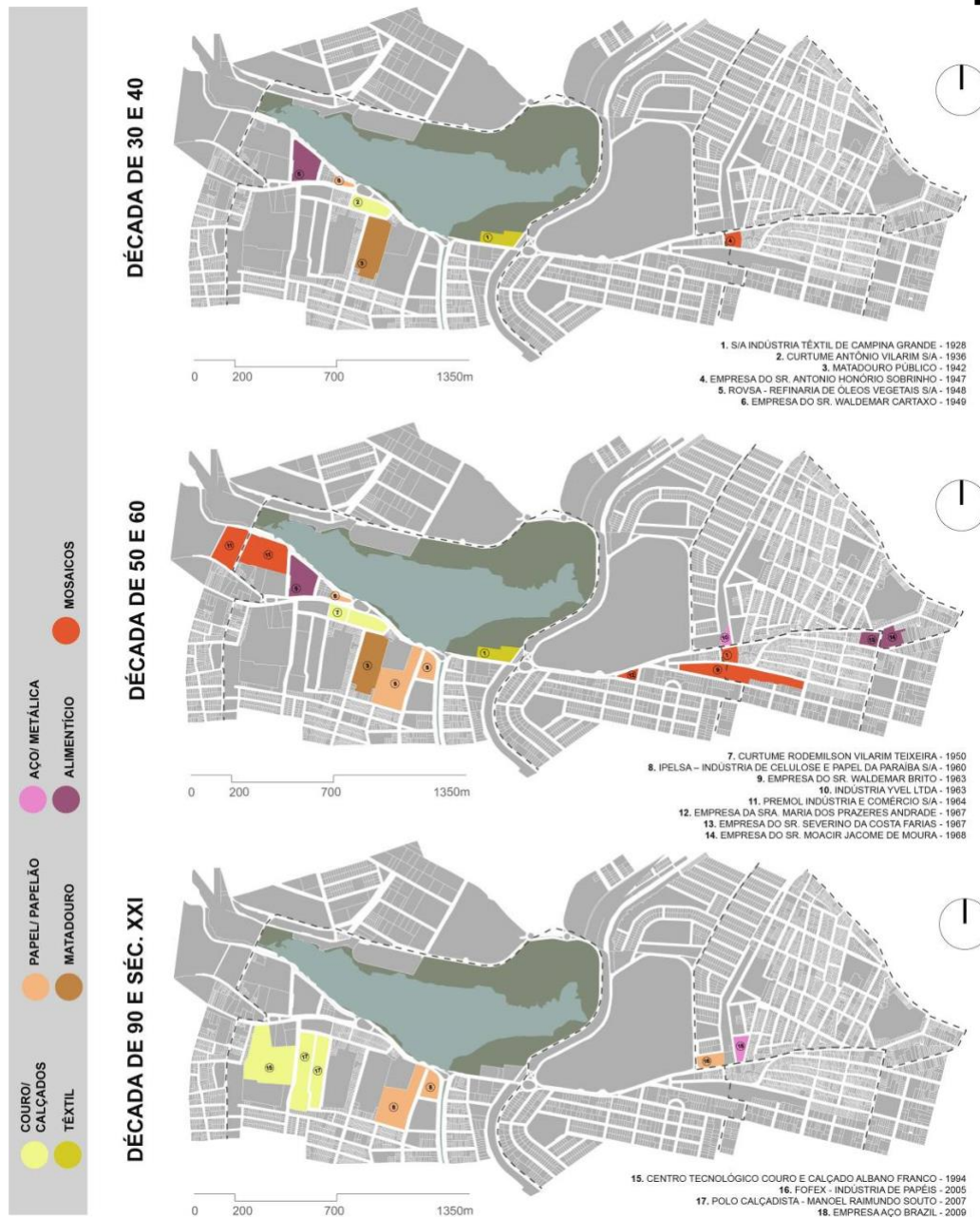


Figura 3. Mapeamento da implantação de unidades fabris no entorno do açude de Bodocongó nos últimos 70 anos. Desenho de Ivanilson Pereira, 2020.

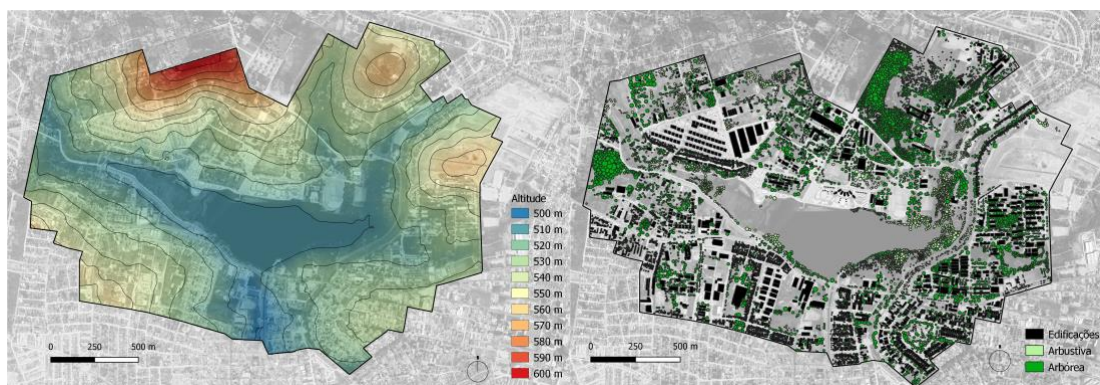


Figura 4. Mapa de topografia com curvas de níveis da área e da vegetação do açude de Bodocongó. Desenho de Lucas de Souza Jales, 2020.

Barros Filho e Jales (2021, p.1) colocam que como ferramenta, inicialmente foi utilizado o Google StreetView concomitantemente ao método da Visão Serial de Cullen (1961), “quantificando o percentual de aparição da lâmina d’água do açude ao longo do percurso nas vias do seu entorno”.

Com o melhor entendimento da configuração física da área e de suas barreiras visuais, realizou-se uma análise de intervisibilidade do Açude por meio da adaptação da Análise Grafo-Visual de Turner (2001), com a aplicação da metodologia das multifatias, que consistiu em realizar uma operação de álgebra de mapas ao sobrepor os resultados obtidos em diferentes níveis altimétricos para cálculo da média geral. Os resultados revelaram uma maior influência do relevo sobre a visibilidade local em relação à vegetação e às edificações existentes (Barros Filho & Jales, 2021, p.1).

Os autores observaram que a predominância de edificações residenciais térreas acaba por interferir menos na visibilidade do Açude, com exceção de algumas poucas edificações mais altas e de construções localizadas nas partes mais altas do relevo.

Barros Filho e Jales (2021) destacam que o Açude de Bodocongó e o entorno (delimitado nos mapas), visualmente sofrem muita influência do relevo no seu campo visual, meio que escondendo a área (semelhante a uma área de vale). Já outros elementos como a vegetação muito densa, também influi negativamente na visibilidade do Açude.

Somado a isso, fatos tais como o esvaziamento das indústrias, que foram para o novo distrito industrial projetado nos anos 60, e a consolidação residencial local mais ao sudoeste, levaram a uma degradação geral do entorno e das margens mais próximas, junto com o abandono de alguns exemplares das fábricas ali existentes, como o caso da Premol, por exemplo.

Visualmente, também no campo da análise da paisagem, destaca-se ainda de maneira negativa, as construções ou muros que se localizam logo à margem do Açude (quase dentro da linha d’água) e que estão com as “costas” voltadas para o corpo d’água, criando barreiras visuais (Figura 5).

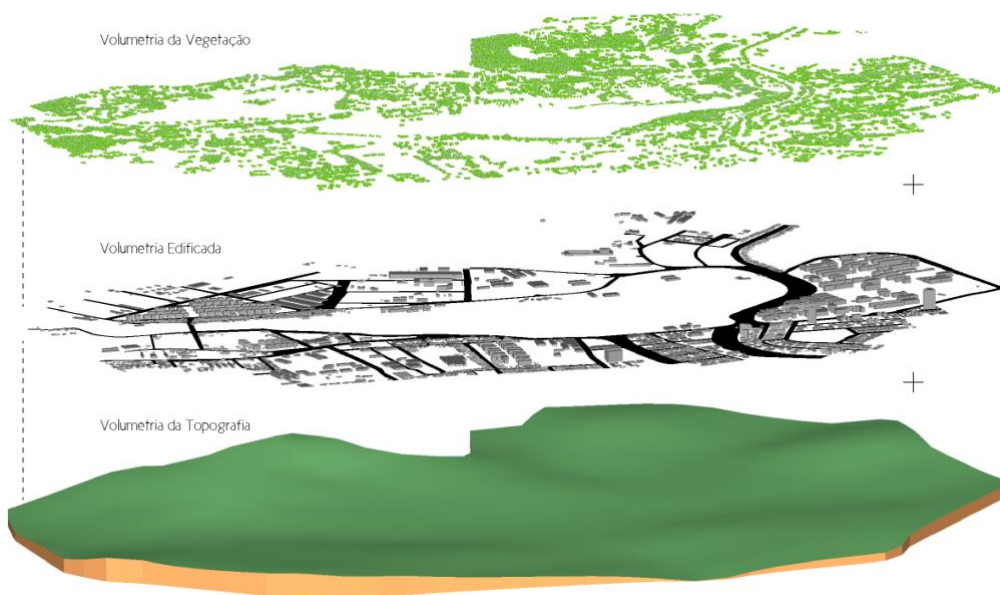


Figura 5. Esquemas gerados através da pesquisa da volumetria da vegetação, das edificações existentes e da topografia do entorno do açude de Bodocongó. Desenho de Lucas de Souza Jales, 2020.

Barros Filho e Jales (2021) acreditam que como solução para tal problema, poderia se destacar uma revitalização das margens através de um bom tratamento paisagístico como espécies locais – pois predomina atualmente a Algaroba, espécie exótica e invasora – e chama a atenção também para a questão do relevo, que ao mesmo tempo que esconde a área, proporciona ainda, a chamada emergência visual (nome dado a pontos elevado do relevo de onde se é possível visualizar uma grande área, exemplificada pelo ponto alto da Rua D. Pedro II, descendo da Prata para UFCCG).

Na imagem gerada que apresenta a volumetria completa do modelo trabalhado nessa pesquisa pode-se visualizar essa realidade (Figura 6).



Figura 6. Perspectiva da volumetria completa do modelo. Desenho de Lucas de Souza Jales, (2020).

Barros Filho e Jales (2020, p. 16) colocam que “infelizmente, devido ao seu alto grau de degradação ambiental na atualidade, com a poluição de suas águas através de esgotos e descarte de resíduos sólidos, sua imagem frente à população torna-se negativa”.

Foi observado que igualmente a muito dos problemas urbanos atuais, essa situação deriva de um círculo vicioso ao longo dos anos, cada vez mais potencializados pelo próprio afastamento da população, e sua consequente desvalorização desse importante elemento urbano.

Curioso destacar também, que entre causadores de danos ambientais está a própria vegetação existente, exemplificada pelas algarobeiras, espécie invasora de grande impacto no ambiente da Caatinga. Por esse lado, vê-se a importância de uma intervenção paisagística que englobe as adequadas espécies locais para composição do bioma, somado a um maior controle de índices urbanísticos, de forma a promover interfaces mais amigáveis com o Açude e infraestruturas de saneamento local (Barros Filho & Jales, 2020, p. 16).

5. Resultados

Apesar de a pesquisa estar em andamento, coletando informações e analisando as edificações e seus estados de conservação, pode-se aqui apontar alguns resultados parciais.

Observou-se que antes mesmo da criação do Distrito Industrial no início dos anos 60, planejado e incentivado pela Sudene, existia no bairro de Bodocongó uma tendência latente em ser uma área industrial e operária, causada certamente pela construção do Açude de Bodocongó que atraiu para o local as empresas industriais.

Constatou-se, contudo, que a prefeitura ao longo dos anos não incentivou a tendência industrial “natural” do bairro, pois estava focada na implantação de um novo distrito industrial projetado e apoiado pelas políticas nacional e regional da Sudene e que tal fato causou uma ocupação desordenada urbana do lugar.

Observa-se no traçado urbano do bairro, uma irregularidade no tamanho de quadras, das ruas, uma falta de planejamento e de desenho urbano, certa “organicidade” causada pela ocupação desordenada das empresas que ali foram se instalando (Figura 7).

Observou-se ainda que desde o final da década de 1920, Bodocongó, como já foi dito, havia se tornado um dos principais centros industriais de Campina Grande. Nesse sentido, tal desenvolvimento atraía para as águas do açude, operários e prostitutas, assim como donos de pensões, cafés, mercearias, quitandas, bodegas e cabarés (Nascimento, 2008, p. 94).

O uso do açude como lugar de “ócio e lazer” desde o século passado incentivou no início do século XXI a urbanização do seu entorno, transformando-o em um parque projetado pelo arquiteto Cidno da Silveira, e executado pelo governo estadual.

Dessa forma, observa-se que a pesquisa vem sofrendo desdobramentos devido a novos fatos, novos dados que surgem e que nos levam às novas investigações, que dialogam entre si, como questões pertinentes às indústrias da modernidade que foram ali implantadas nos anos de 50 a 70; bem como, o tratamento dado ao planejamento urbano desse bairro no Plano Diretor de Campina Grande – PD CG (Lei Complementar n°.003, de 09 de outubro de 2006).



Figura 7. Tipologias morfológicas identificadas no processo de ocupação do bairro de Bodocongó, Campina Grande. Desenho de Ivanilson Pereira, 2020.

6. Discussão

De acordo com o Plano Diretor de Campina Grande (Lei Complementar nº.003, de 09 de outubro de 2006) em seu Art. 18, o bairro de Bodocongó está inserido em uma Zona de Recuperação Urbana (Figura 8) e caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com carência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda. No Art. 19 do PDCG, são objetivos da Zona de Recuperação Urbana: I – complementar a infraestrutura básica; II – implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer; III – promover a urbanização e a regularização fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda; IV – incentivar a construção de novas habitações de interesse social; V – conter a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis.

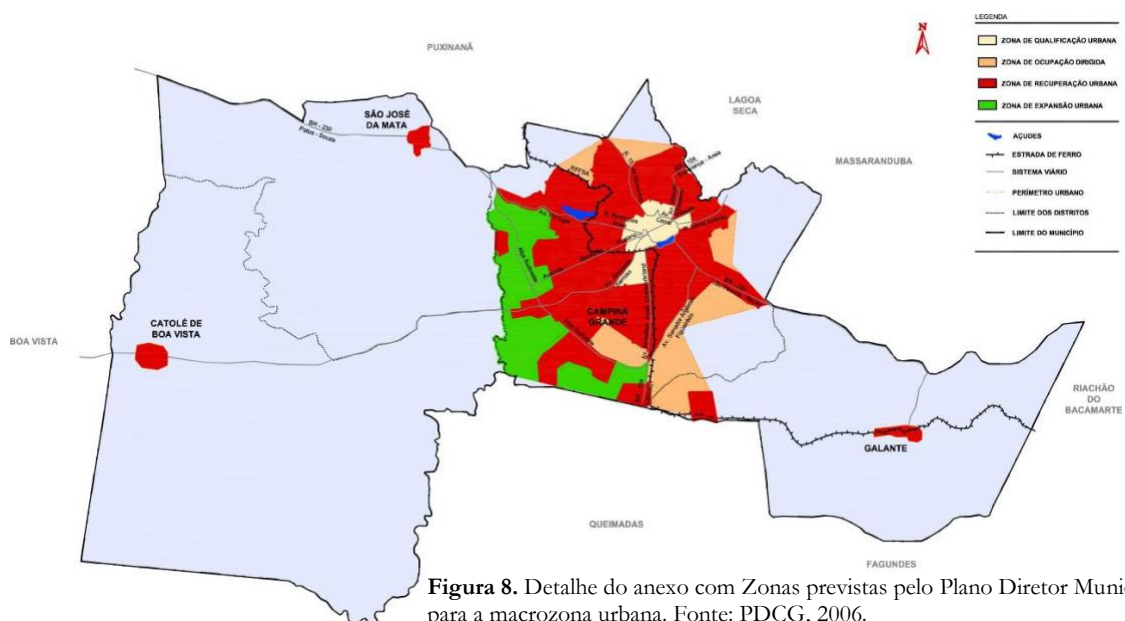


Figura 8. Detalhe do anexo com Zonas previstas pelo Plano Diretor Municipal para a macrozona urbana. Fonte: PDCG, 2006.

Ainda analisando o tratamento dado ao bairro de Bodocongó no Plano Diretor de Campina Grande, em seu Art. 53, observa-se que ele vem sendo planejado como uma Zona Especial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – ZEDCT, que é uma área destinada preferencialmente à implantação de equipamentos de ensino e pesquisa e de base tecnológica (Figura 9).

Observa-se um equívoco na inserção do bairro de Bodocongó no PDCG, pois o mesmo não é considerado como uma Zona Especial de Desenvolvimento Industrial – ZEDI (Art. 48), nem como uma Zona Especial de Interesse Ambiental – ZEIA (Art. 44), que são áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente.

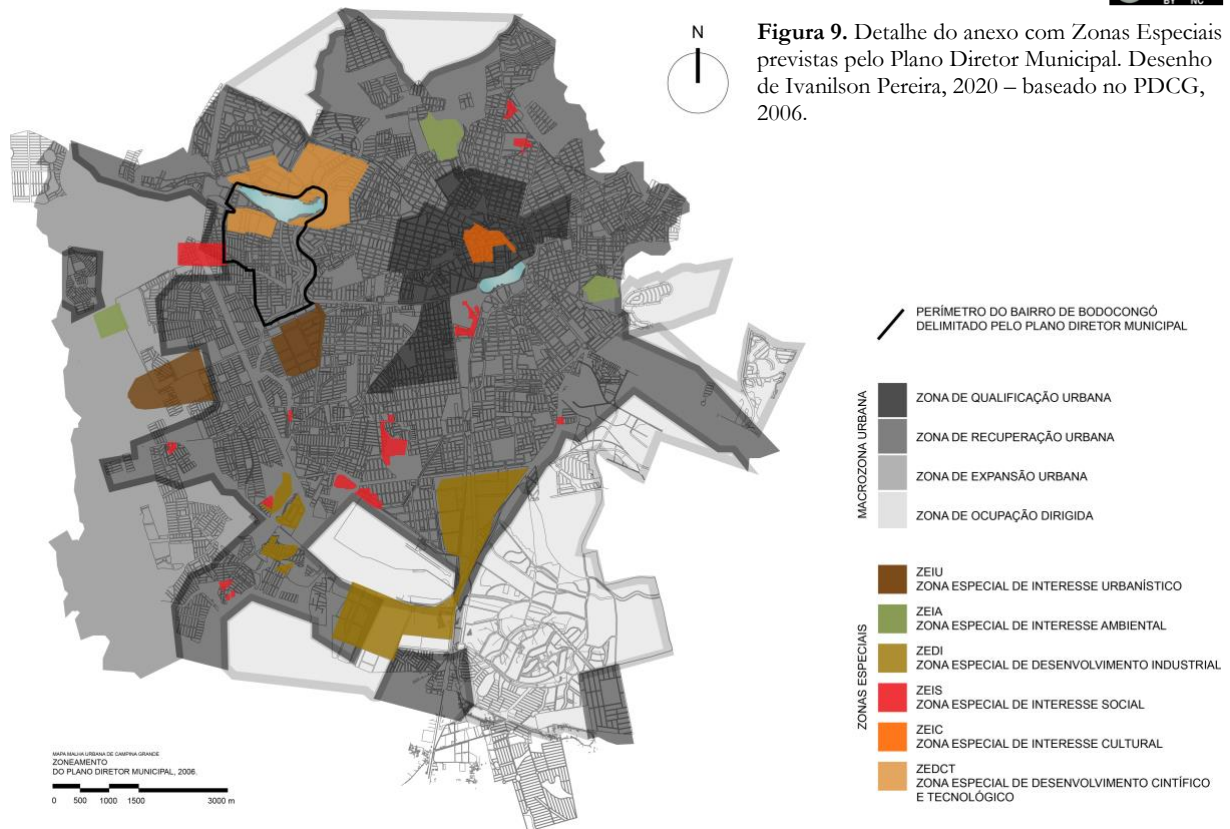


Figura 9. Detalhe do anexo com Zonas Especiais previstas pelo Plano Diretor Municipal. Desenho de Ivanilson Pereira, 2020 – baseado no PDCG, 2006.

Tampouco foi considerado como uma Zona Especial de Preservação – ZEP (Art. 42), que são “porções do território municipal que têm por objetivo garantir a preservação, manutenção e recuperação do patrimônio histórico, paisagístico, cultural ou ambiental, mediante proteção de suas expressões material e imaterial” (Lei Complementar nº.003, de 09 de outubro de 2006).

Acredita-se que uma maneira de haver protegido as características desse lugar, com a presença do Açude de Bodocongó tendo atraído naturalmente as indústrias para seu entorno, transformando-o também em um bairro operário, devido às vilas que ali existiam com seus equipamentos, era ter classificado o mesmo como uma Zona Especial de Preservação – ZEP (Art. 42), pois de acordo com PDCG, em seu Art. 43, constituem Zonas Especiais de Preservação: I – as Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIA; II – as Zonas Especiais de Interesse Cultural – ZEIC. Pois contemplaria a preservação do Açude como uma zona de interesse ambiental, e o patrimônio industrial, como zona especial de interesse cultural.

Ao estar tratando o bairro apenas sob o ponto de vista de ser uma Zona de Recuperação Urbana, com enfoque no uso predominantemente residencial, deixa-se de lado a preservação do acervo industrial, e da tendência natural existente, além da possibilidade de se criar emprego e renda para a população local, que vem passando por problemas sociais causados pelo desemprego (Maria, 2017).

7. Conclusão

A relação desta área com o plano diretor da cidade não trata a mesma como um conjunto de paisagem natural e construída a ser preservada, e tal fato teria prejudicado a preservação do acervo industrial ali existente e que atualmente, encontra-se em grande parte demolido ou descaracterizado. E o mais preocupante desse cenário, é que a história e a memória do lugar não estão sendo consideradas nas novas intervenções. As pessoas parecem desconhecer totalmente a importância que teve para a cidade e para a região, essa paisagem constituída de um importante açude e seu entorno industrial, com fábricas, vilas, capela – que formavam um lugar de memória industrial (Melo & Carvalho, 2015).

O antigo bairro industrial transformou-se, atualmente, numa zona universitária e tecnológica, região na qual se encontram instaladas a Universidade Federal de Campina Grande, a Universidade Estadual da Paraíba, a

Escola Técnica Redentorista de Eletroeletrônica, a Fundação PaqTePB, a Fapesq, o Centro Tecnológico de Couro e Calçado Albano Franco – CTCC (Figura 10), um Hospital Fundação, e outras empresas de base tecnológica (Melo & Carvalho, 2015).

Concomitante a essa ocupação planejada pelo PDCG (2006), os antigos moradores do bairro estão marginalizados e sem seus empregos nas fábricas, curtumes, no antigo Matadouro, entre outros. Edificações que foram totalmente demolidas para dar lugar aos novos empreendimentos.

Segundo pesquisas sobre os problemas sociais do bairro, realizadas por Maria (2017, p. 38), foi observado que, “hoje em dia, as empresas que resistiram ao tempo são poucas e outras formas de trabalho foram se intensificando, a exemplo do Centro de Couro construído em 2007, formado por fábricas destinadas à confecção de calçados”.

O Senai (Serviço Nacional da Indústria), entretanto tem demonstrado sensibilidade e incentiva a zona a dar continuidade ao seu perfil industrial, tanto que implantou ao lado do Polo Calçadista, o CTCC – Senai (Centro Tecnológico de Couro e Calçado Albano Franco) que fornece à população de Campina Grande e aos moradores de Bodocongó diferentes cursos básicos e técnicos no ramo calçadista, e muitas dessas pessoas que fazem curso lá são indicadas para trabalharem nas fábricas presentes nesse polo.

Entretanto, observa-se que a falta de diálogo entre a população e os atores que poderiam planejar juntos a revitalização do bairro, como por exemplo, técnicos e representantes da Prefeitura Municipal, do Governo Estadual, do Governo Federal, da FIEP/ Federação das indústrias da Paraíba, entre outros – tem causado um agravamento do cenário do bairro, por não estar sendo considerado no planejamento urbano como uma Zona Especial de Preservação, com Zonas Especiais de Interesse Ambiental e Zonas Especiais de Interesse Cultural.

As transformações urbanas ocorridas ao longo dos anos, sem respeito à preservação da memória industrial, necessitam urgentemente serem revisadas, apoiadas às propostas de planejamento urbano no conceito de arqueologia industrial, conforme coloca a Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial como “um método de investigação mais adequado para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial” (TICCIH, 2003).

Sugere-se ainda o trabalho pelos planejadores urbanos baseados no conceito de conservação integrada urbana e territorial das grandes áreas patrimoniais industriais, tão bem discutidas em textos de Külh (2008), e Rufinoni (2013).

A expansão do conceito de patrimônio cultural para um grupo cada vez maior de artefatos, contexto em que destacamos o crescente interesse pela salvaguarda de paisagens urbanas, abriu caminho para a identificação e o reconhecimento de diversos exemplares arquitetônicos e conjuntos urbanos relacionados à industrialização. (Rufinoni, 2013, p. 187).

Rufinoni (2013, p. 187) explica que muitas edificações e conjuntos industriais iniciaram as suas valorizações tanto por sua importância documental como também, por suas especificidades estéticas e figurativas, e “pelo próprio caráter de conjunto responsável pela conformação de paisagens que então adquiriram representatividade; interesse também impulsionado pela consolidação da noção de patrimônio urbano”.

As ameaças constantes de demolição desses sítios industriais, despertou o interesse da comunidade científica em documentá-los e em alguns casos, preservá-los, conforme colocou Rufinoni (2013, p. 188). A preservação patrimonial das cidades precisa ser discutida e baseada nos planos diretores municipais, como questão de planejamento urbano- principalmente, além dos aspectos culturais, sendo encarada como prioridade em um território que se pretende ser sustentável no século XXI.

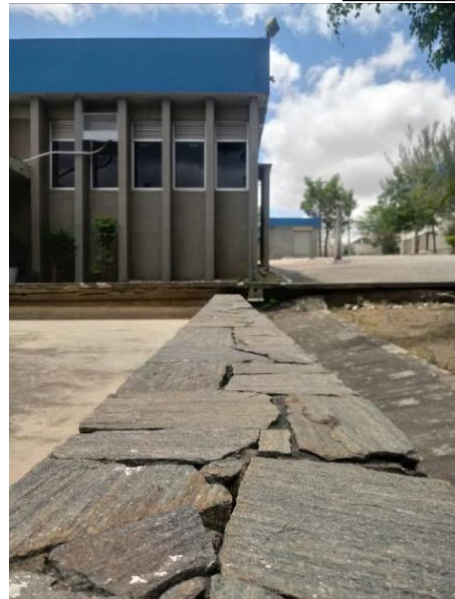


Figura 10. Centro Tecnológico de Couro e Calçado Albano Franco – CTCC. Foto: Ivanilson Pereira, 2020.

Em 2021, a cidade de Campina Grande está realizando a revisão de seu plano diretor, e o momento de proposição por parte dos atores envolvidos na preservação patrimonial urbana é esse. Discutir soluções e encaminhamentos para esses lugares de memória, que fazem parte da malha urbana e estão sujeitos à degradação ambiental da paisagem e à especulação imobiliária se faz muito pertinente e há de se realizar as propostas conforme colocou Kühn.

É indesejável conservar de modo indiscriminado e é ainda mais irresponsável demolir ou transformar de forma incontrolada. Trata-se de saber identificar os elementos a ser tutelados para as gerações futuras, não através de atos arbitrários e fortuitos, mas através de processo cognitivo que deve ser fundamentado nas humanidades (Kühn, 2008, p. 146).

8. Referências

- Alves, L. (2012). *A industrialização incentivada do Nordeste e o caso de Campina Grande, PB* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil.
- Barros Filho, M. N. M., & Jales, L. de S. (2021). Visões sequenciais: uma análise da visibilidade do açude de Bodocongó a partir de imagens o Google Streetview. *Anais do 9º Congresso Luso-brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável* (Pluris 2021 Digital). Pequenas cidades, grandes desafios, múltiplas oportunidades. Bauru, SP, Brasil.
- Barros Filho, M. N. M., & Jales, L. de S. (2020). Áreas urbanas em beira d'água: uma análise da visibilidade do açude de Bodocongó em três dimensões. *XVII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande*. Campina Grande, PB, Brasil.
- Bruna, P. (2002). *Arquitetura, industrialização e desenvolvimento* (2a. ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Cabral, R. (2011). Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado – oportunidade histórica e resistência conservadora. *Cadernos do Desenvolvimento*, 6 (8). Em rede. Recuperado de http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201209490.CD8_0_018.pdf
- Cullen, G. (1961). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.
- Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP (1969). *Cadastro Industrial do Estado da Paraíba*. Campina Grande: FIEP.
- Furtado, C. (1959). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Kühn, B. (2008). *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização. Problemas teóricos de restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Lacerda, N., & Zancheti, S. M. (Orgs.). (2012). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.
- Lei Complementar n.003, de 09 de outubro de 2006*. Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande.
- Maria, G. S. (2017). *Eu fui feliz lá no Bodocongó: Significados de violência e medo entre os moradores de um bairro popular em Campina Grande-PB* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Melo, A. A. de A. (2017). O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana do bairro da Prata, em Campina Grande. *Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo*. Barcelona, Espanha.
- Melo, A. A. de A., & Carvalho, J. (2015). O ouro branco no nordeste brasileiro: análise de dois estudos de casos. Resgate das fontes documentais do patrimônio industrial do ciclo do algodão em Campina Grande. 1900-1950. *Anais do 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação*. Belo Horizonte, MG, Brasil. UFMG. Disponível em: <http://docplayer.com.br/86572899-Afonso-alcilia-1-carvalho-jully-2.html>. Acesso em 15 jun. 2021.
- Melo, A. A. de A., & Garcia, M. (2020). As transformações da paisagem urbana no Bairro Prata: 1940-2019. In: *XII Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo*. São Paulo, SP, Brasil & Lisboa, Portugal.

- Melo, A. A. de A., & Landim, C. T. de M. (2017, abril). Geraldino Duda. Contribuições para a difusão da modernidade arquitetônica campinense (1960-1970). *IV Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, “A Língua que Habitamos”*. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Melo, A. A. de A., & Landim, C. T. de M. (2015). A influência da Escola do Recife na Arquitetura de Campina Grande 1950-1970. *Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação*, 4., Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Melo, A. A. de A., & Pereira, I. S. (2020). Resgate do patrimônio industrial da fábrica Premol. Campina Grande-PB. Década de 60. Século XX. *Anais do I Encontro Nacional Arte e Patrimônio Industrial*. Campinas, SP, Brasil. Unicamp. Disponível em: http://www.even3.com.br/anais/Arte_Patrimônio_Industrial. Acesso em 03 fev. 2020.
- Nascimento, U. (2008). *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande.
- Oliveira, T. B., & Santos, J. (2010). Centro Histórico de Campina Grande: a cartografia de uma destruição. *Tarairiú – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB*, 1 (1). Campina Grande, PB, Brasil.
- Rufinoni, M. (2013). *Preservação e restauro urbano. Intervenção em sítios históricos industriais*. São Paulo: Edusp.
- Serra, G. (2006). *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo: Edusp.
- Silva Júnior, G. F. (2009). Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: R. V. de Oliveira (Org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: Eduerp.
- The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH (2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em 11 out. 2019.